

GOIASPREV INVEST



A Revista de Investimentos do
Regime Próprio de Previdência
Social do Estado de Goiás.



JULHO 2026



EDIÇÃO
007



ANO
2026

COMENTÁRIO DA GESTÃO

O mês de julho apresentou sinais favoráveis no ambiente econômico, especialmente com o arrefecimento da inflação, embora permaneçam fatores que recomendam cautela na condução dos investimentos. Conforme abordado nas seções Cenário Econômico-Financeiro, Conjuntura, Perspectiva e Análise da Inflação, o IPCA registrou variação de 0,07% no mês e 4,44% em 12 meses, retornando ao intervalo de tolerância da meta. Ao mesmo tempo, as projeções apontam para a continuidade do processo de redução da taxa Selic, ainda que de forma gradual, mantendo os juros reais em níveis elevados.

Na seção Desempenho, os números demonstram a consistência da estratégia adotada. O Fundo Previdenciário registrou rentabilidade de aproximadamente 0,95% em julho, acima da meta atuarial de 0,66%. No acumulado de 2026, a carteira alcançou retorno de aproximadamente 7,58%, frente à meta atuarial acumulada de 6,86%, mantendo resultado superior ao objetivo previdenciário. O patrimônio do Fundo encerrou julho próximo de R\$ 977 milhões, refletindo o ingresso de contribuições e os rendimentos obtidos com os investimentos.

As seções Enquadramento, Rentabilidades e Acompanhamento dos Riscos complementam essa análise ao demonstrar que a busca por resultados permanece associada à observância dos limites legais, à Política de Investimentos e ao permanente controle dos riscos. A carteira continua predominantemente posicionada em renda fixa e títulos públicos federais, com destaque para a estratégia de imunização por meio das NTN-Bs, conciliando segurança, liquidez e aderência às obrigações atuariais. A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade também apresentou contribuição relevante no mês, com retorno de aproximadamente 1,20%.

Nesta edição, destacamos ainda a seção Espaço Aberto, que aborda o papel do Comitê de Investimentos na governança da GOIASPREV e ressalta a importância de uma atuação técnica na formulação, execução e monitoramento da Política de Investimentos, bem como iniciativas relacionadas à aquisição direta de títulos públicos e ao acompanhamento dos riscos da carteira.

Assim, a edição de julho da GOIASPREV Invest evidencia que desempenho, gestão de riscos, governança e sustentabilidade devem caminhar de forma integrada. Os resultados alcançados reforçam a estratégia de gestão orientada para a preservação do patrimônio, o cumprimento da meta atuarial e, sobretudo, a sustentabilidade de longo prazo dos recursos previdenciários administrados pela GOIASPREV.



Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos



Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

SUMÁRIO

4	Cenário Econômico-Financeiro
4	Boletim GINV
5	Boletim FOCUS
7	Conjuntura
8	Perspectiva
9	Análise da Inflação
12	Espaço Aberto
13	Enquadramento
15	Desempenho
22	Rentabilidades
26	Análise das Instituições Financeiras
27	Acompanhamento de Dealers
29	Acompanhamento dos riscos
33	Sustentabilidade ESG
34	Controle das Atividades



CENÁRIO ECONÔMICO

**TABELA 1 - BOLETIM GINV
JULHO/2026**

Indicador	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB	2,14%	2,64%	2,16%	2,35%	2,47%	2,49%
Desemprego	5,91%	5,53%	5,52%	5,55%	5,50%	5,43%
Inflação	4,82%	4,59%	4,46%	4,24%	3,04%	4,07%
Dólar	R\$ 5,25	R\$ 5,38	R\$ 5,52	R\$ 5,65	R\$ 5,79	R\$ 5,92
SELIC (fechamento)	14,10%	13,63%	13,17%	12,70%	12,24%	11,78%
SELIC (média)	14,31%	13,80%	13,34%	12,88%	12,42%	11,95%
SELIC REAL (fechamento)	8,85%	8,64%	8,34%	8,12%	8,93%	7,41%
SELIC REAL (média)	9,05%	8,81%	8,50%	8,29%	9,10%	7,57%
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,74%	10,50%	10,36%	10,13%	8,86%	9,95%

TABELA 2 - FOCUS 31/07/2026

Indicador	2026	2027	2028	2029
Crescimento do PIB	1,99%	1,57%	2,00%	2,00%
Desemprego	-	-	-	-
Inflação	5,03%	4,22%	3,80%	3,50%
Dólar	5,20%	5,28%	5,30%	5,39%
META SELIC (fechamento)	13,75%	12,00%	10,50%	10,00%
SELIC (média)	-	-	-	-
SELIC REAL (fechamento)	8,30%	7,46%	6,45%	6,28%
SELIC REAL (média)	-	-	-	-
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,96%	10,11%	9,66%	9,35%

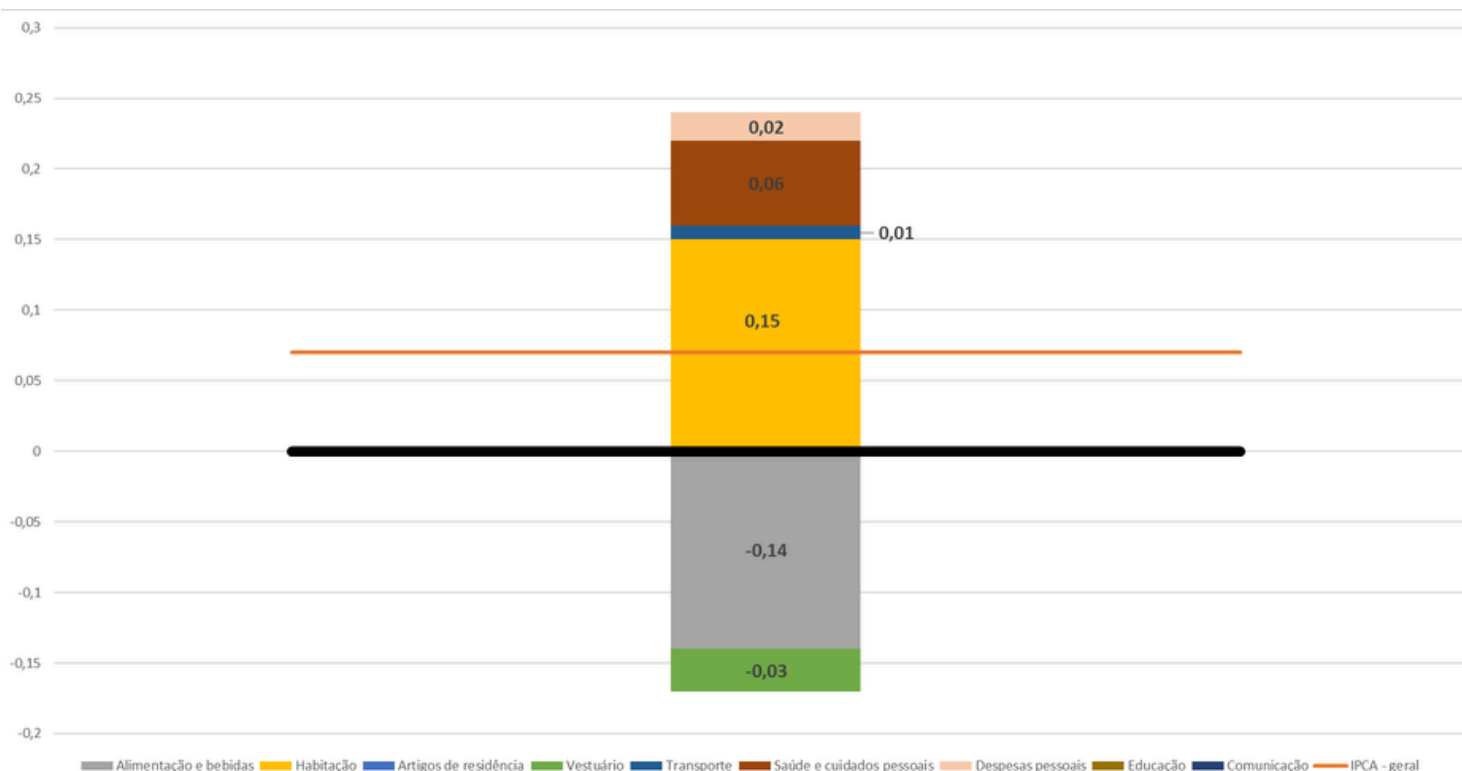
CONJUNTURA

O mês de julho teve uma inflação, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 0,07%, a menor dos últimos 11 meses, sendo o mês de julho mais baixo desde 2022, quando houve deflação de 0,68%.¹ A inflação acumulada de 12 meses está em 4,44%, tendo voltado à banda da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3% ± 1,5 p.p após passar os meses de maio e junho acima do teto.² No mês de julho, grupo de preços que mais subiu foi Habitação (0,99%), muito em função do reajuste da energia e da taxa de água e esgoto. Alimentação e bebidas e Vestuário foram os grupos que tiveram as maiores deflações (0,67% e 0,66%, respectivamente). Quanto ao impacto na formação do IPCA, os grupos de preço que mais impactaram foram Alimentação e bebidas e Habitação, o primeiro tendo impactado o IPCA em -0,14 p.p., o segundo em 0,15 p.p.³ A inflação acumulada no ano está em 3,44%. É digno de nota que em maio a inflação do ano já superou o centro da meta do CMN, atingindo 3,20%. O piso da meta já foi superado ainda em março (quando a inflação do ano atingiu 1,92%).

Tais números sugerem que a inflação do ano fechará muito superior ao centro da meta, possivelmente acima do teto.⁴ O Boletim Focus, relatório com expectativas de mercado, aponta uma expectativa de inflação acima da meta para 2026 desde o relatório publicado em 10/04/2026, mera coincidência ou não, desde a divulgação do IPCA de março.⁵

O núcleo da inflação acumulado em 12 meses, medido pelo IPCA EX-1 (que exclui itens altamente voláteis, como alguns itens do grupo de Alimentação e Bebidas e combustíveis) continua muito próxima da inflação de 12 meses, aferindo 4,49%, frente aos 4,44% da inflação real. No mês passado, o núcleo da inflação tinha passado a ficar abaixo da inflação (o que não ocorria desde maio de 2025), ficando em 4,60% (contra 4,64% da inflação), no mês atual o núcleo voltou a ficar superior à inflação (4,49% contra 4,44%). Essa oscilação e diferença mínima entre o núcleo da inflação e a inflação per se assinalam uma convergência entre ambas, indicando que a inflação não está sendo sugestionada, nem para cima nem para baixo, pela volatilidade de certos itens. Isto é, ela possui pouco lastro setorial, sendo mais fidedigna em ser

IMPACTO IPCA GERAL



uma tradução da situação macroeconômica.⁶ A difusão da inflação está em 49,60, menor valor desde julho de 2025. O índice deve estar situado entre 40 e 60, este é o segundo mês consecutivo no qual a difusão da inflação fica entre tais valores.⁷

O dólar encerrou o mês de julho em R\$ 5,0754, aferindo uma queda de 1,68% no mês. Nos últimos 12 meses a queda do dólar foi de 9,39%. A queda da moeda no ano pode ser explicada pelas tribulações pelas quais o petrodólar tem passado. É extensamente conhecida a correlação negativa entre a força do dólar e o petróleo Brent, constituindo forte evidência de que a força internacional do dólar está vinculada à do petrodólar. Nos últimos 40 trimestres (do 3º trimestre de 2016 ao 2º de 2026), o coeficiente de Pearson da variação percentual trimestral do dólar e do índice DXY, índice que mede a força internacional do dólar, é de -0,426 e -0,27 respectivamente. De tal modo, as recentes altas do petróleo, causadas principalmente pela Guerra EUA-Irã-Israel, constituem explicação para a queda do dólar. O petróleo Brent chegou a atingir US\$ 118,35 em 31/03/2026, constituindo alta de 63,29% em relação ao nível pré-guerra, e 94,49% em relação ao encerramento de 2025. O Brent acumula variação de 48,10% no ano (até o fechamento de julho). No mês a variação foi de 23,59%. A elevação dos preços do petróleo tem pressionado fortemente a inflação nos EUA (país importador de petróleo), o que soma, para além da questão do petrodólar, contribui para explicar a queda da cotação da moeda.⁸

A taxa de desemprego se reaproxima de sua mínima histórica (5,1%), tendo encerrado o 2º trimestre de 2026 em 5,4%, vindo de queda em cada trimestre móvel desde o encerramento do 1º trimestre (6,1%).⁹ Caso reduções dessa ordem persistam nos próximos meses, a Lei de Okun indicaria que as expectativas de mercado para o crescimento do PIB — atualmente inferiores a 2% para 2026 e 2027 — podem estar um tanto pessimistas.¹⁰

O rendimento médio, no entanto, vem caindo junto com a taxa de desemprego, tendo caído 1,5% no 2º trimestre do ano.¹¹ Tal movimento contraditório pode ser resultado de dois fenômenos que não são mutuamente exclusivos: expansão da oferta de trabalho (pessoas aceitando fazer mais horas extra ou pessoas que não procuravam trabalho passaram a procurar) ou movimento de equilíbrio do mercado de trabalho, indicando que a atual taxa de desemprego está próxima da taxa que equilibra o mercado.

¹IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/47739-ipca-fica-em-0-07-em-julho>

²BANCOCENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

³IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/47739-ipca-fica-em-0-07-em-julho>

⁴IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

⁵BANCOCENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/cronologicos>

⁶BANCOCENTRAL: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>

⁷BANCOCENTRAL: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>

⁸INVESTING: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data>

⁹BGE: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

¹⁰BANCOCENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260807.pdf>

¹¹IBGE: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego



PERSPECTIVA

O mês de julho, cuja sazonalidade pressiona para baixo a inflação, manteve tal tônica de inflações baixas, em que pesem os desentendimentos de Irã e EUA após a assinatura do Memorando de Entendimento. Uma vez que os conflitos no Oriente Médio já foram acomodados pelo mercado, a perspectiva é de que a influência de tais conflitos sobre o IPCA não deve ser expressiva. No entanto, tais conflitos, junto aos conflitos no Leste Europeu e o el niño, devem provocar uma dificuldade das autoridades monetárias de combater a inflação, configurando uma pressão altista desta, mas mais que isso, fatores que em conjunto conferem resistência à inflação, o que é expresso pelas inflações de 2026 e 2027, ainda acima do teto da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de $3\% \pm 1,5$ p.p. No entanto, a política monetária deve lograr reduzir a inflação até 4,24% em 2029, logrando a inflação ficar abaixo do teto da meta em 2028. No entanto, após essa lenta redução da inflação esta deve ceder a oscilações (devido especialmente ao mercado de trabalho aquecido) enquanto converge para o centro da meta.

A taxa básica de juros deve se manter em trajetória de queda, porém a queda deve ser menos intensa que o mercado vinha esperando, e com cortes iniciais menores. Embora a Ata da 279ª Reunião do COPOM, publicada em 23/06/2026, especialmente o Item 21, admoesta o mercado a não esperar que a política monetária reaja a certos choques de oferta pouco responsivos à taxa básica de juros, estes parecem ter elevado a trajetória de inflação esperada, dados os recentes distúrbios, tornando crível uma manutenção de taxas elevadas não para combater tais choques, mas sim para fazer frente a outros choques mais sensíveis à taxa SELIC (como a circulação de moeda), para que esses não se somem aos mencionados choques exógenos.¹²

Nota-se que previsão da SELIC média de 2026 é praticamente igual à de 2025 (14,32%), mudando no entanto, que em 2025 a trajetória estava em ascensão em 2026, em descenso. A inflexão ocorreu entre junho de 2025 e março de 2026, quando a taxa ficou em 14,9% a.a. (com meta de 15% a.a.). O diferencial de juros e as pressões sobre o petrodólar devem manter a trajetória do dólar em tênue subida, provocada apenas pela pressão estrutural de desvalorização do real face ao dólar.

A projeção da GINV indica que a taxa SELIC deve fechar o ano em torno de 14% a.a., uma vez que o COPOM está tentando gradualmente sair de uma política monetária restritiva e que os choques exógenos não cheguem a motivar elevação da taxa SELIC, esta deve encerrar o ano entre 14,00% a.a. (atual patamar da meta SELIC) e 13,40% a.a.

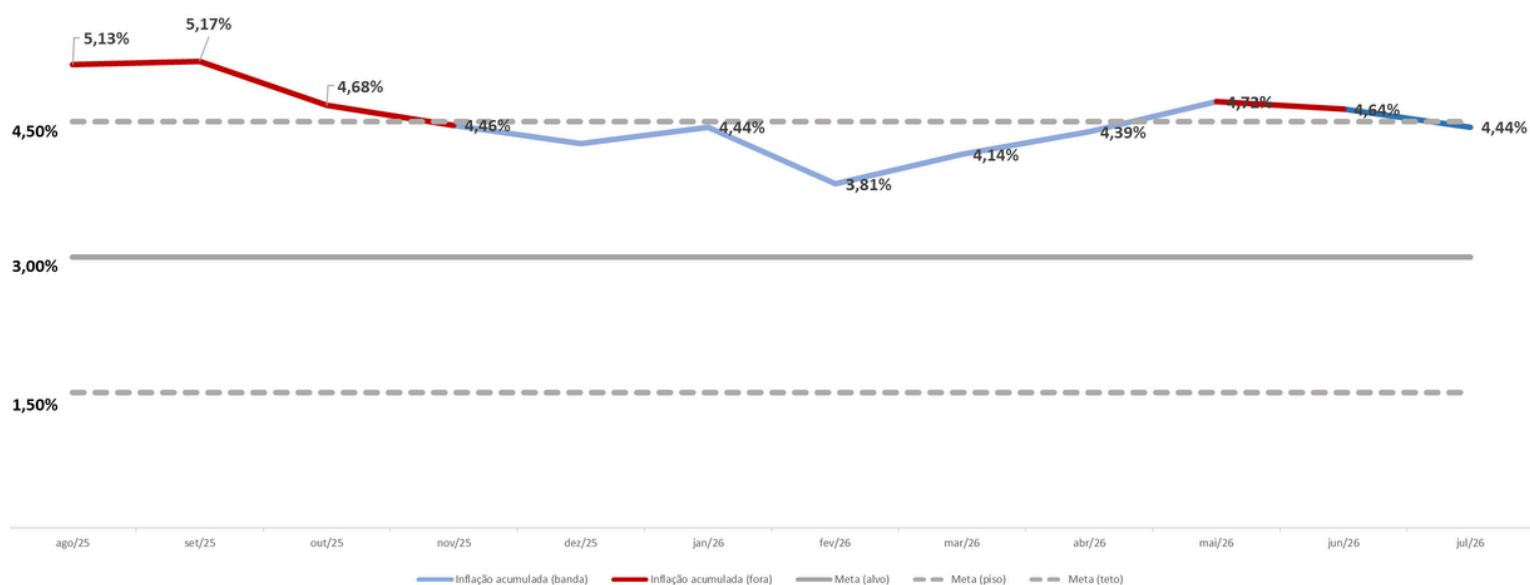
Para as variáveis da economia real, estima-se uma estabilidade do crescimento do produto e do desemprego, gravitando a taxa de desemprego em torno de 5,5% a partir de 2027, e o crescimento do PIB em torno de 2,3% desde 2025. Além da Lei de Okun, relação de equilíbrio é resultado de vetores operando em direções opostas. São as pressões fomentadoras da produção atuantes (pressionando o crescimento do PIB para cima e desemprego para baixo): mercado de trabalho aquecido, resiliência do consumo, desaceleração da inflação. No sentido contrário, tem-se como vetores inviabilizadores da produção: política monetária contracionista, choques restritivos de oferta (Guerra no Irã, el niño), baixo crescimento global.

Embora as projeções estejam estimando desemprego superior ao do ano passado (5,1%) para todo o horizonte analisado, salienta-se que os valores ainda são muito baixos para o histórico brasileiro. O equilíbrio da Lei de Okun, projetado em 2,3% para o crescimento do PIB e 5,5% para o desemprego, e o perfil da trajetória da queda da inflação, sugerem que a desaceleração desta decorre não do arrefecimento da demanda agregada, mas da dissipação dos choques de oferta. O fato de as projeções apontarem uma trajetória equilibrada da economia indica que os choques de oferta poderão ter sua pressão embotadora da produção em grande medida compensada por pressão sobre os preços, o que explica a elevação esperada da inflação de 2025 para 2026, bem como a persistência desta. Quanto à persistência da inflação, também a explica o fato de esta se dar em bens de baixa elasticidade-preço da demanda (petróleo, alimentos, fertilizantes, combustíveis).

¹²BANCOCENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascope/17062026>

ANÁLISE DA INFLAÇÃO

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

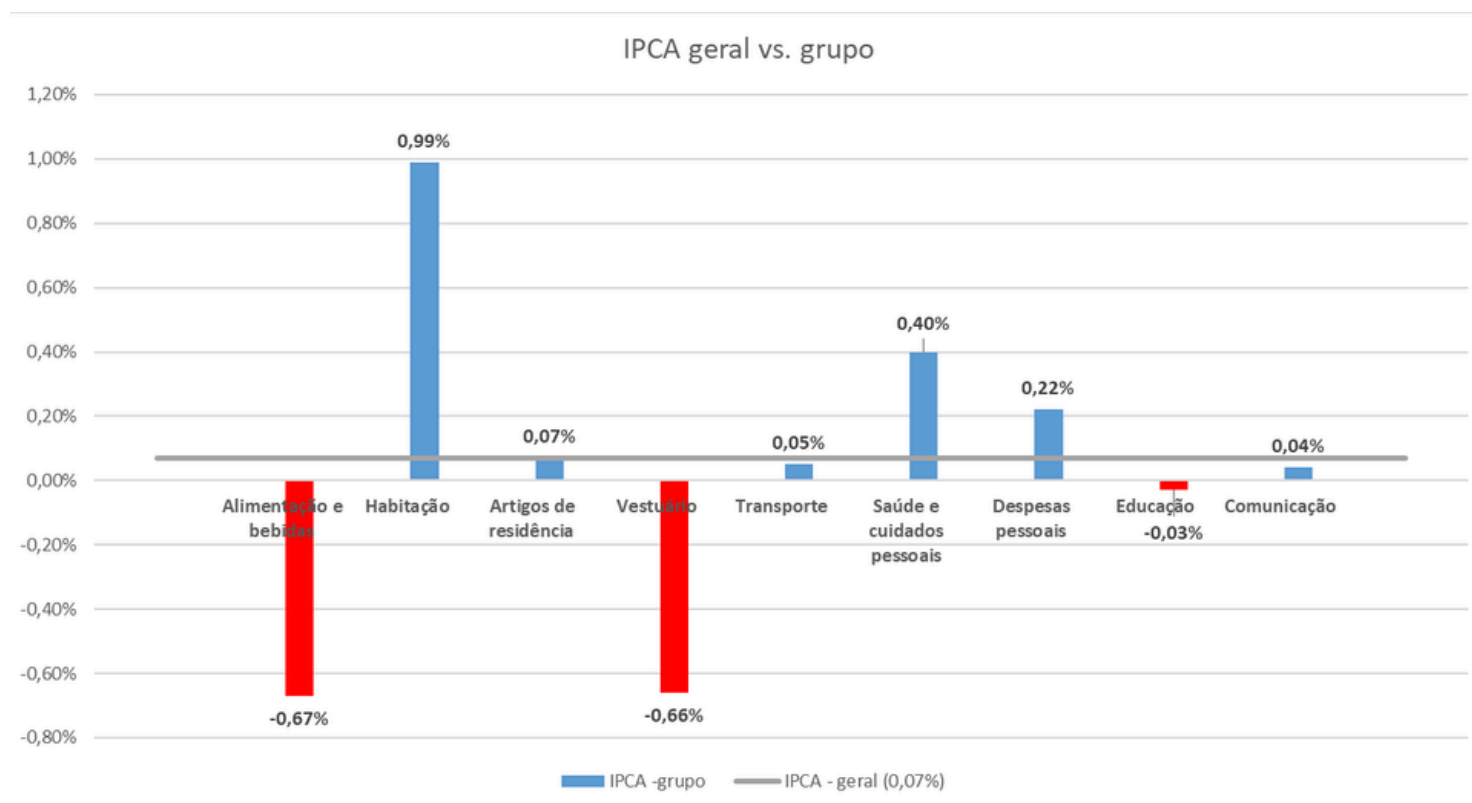


O Gráfico 1 apresenta a trajetória da inflação acumulada em 12 meses entre agosto de 2025 e julho de 2026, em comparação com os limites da banda de tolerância da meta de inflação. No início do período, a inflação permaneceu acima do limite superior, registrando 5,13% em agosto e 5,17% em setembro de 2025. A partir de outubro, iniciou-se um processo de desaceleração, com o índice recuando para 4,68%, até atingir 4,46% em novembro, quando passou a situar-se dentro da banda de tolerância.

Nos meses seguintes, a inflação apresentou oscilações, atingindo seu menor nível em fevereiro de 2026, com 3,81%, antes de retomar uma trajetória de alta, chegando a 4,14% em março e 4,39% em abril. Em maio, o índice alcançou 4,72%, ultrapassando novamente o limite superior da banda, permanecendo acima dele em junho, com 4,64%. Já em julho de 2026, observou-se nova desaceleração, com a inflação recuando para 4,44%, retornando para dentro do limite superior da banda.

Dessa forma, o período analisado demonstra um movimento de desaceleração da inflação ao longo de 2025, seguido por oscilações e uma retomada das pressões inflacionárias no primeiro semestre de 2026. O recuo observado em julho representa uma melhora em relação aos dois meses anteriores, embora o índice permaneça próximo ao limite superior da banda, reforçando a importância do acompanhamento contínuo da dinâmica dos preços e da condução da política monetária.

GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS

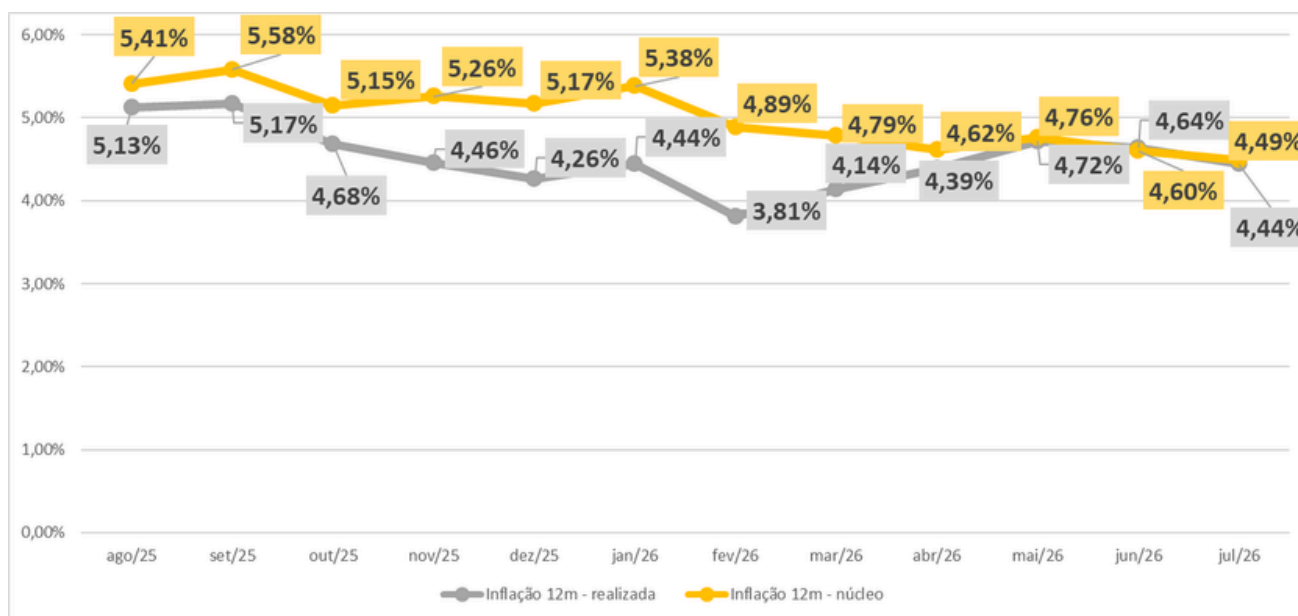
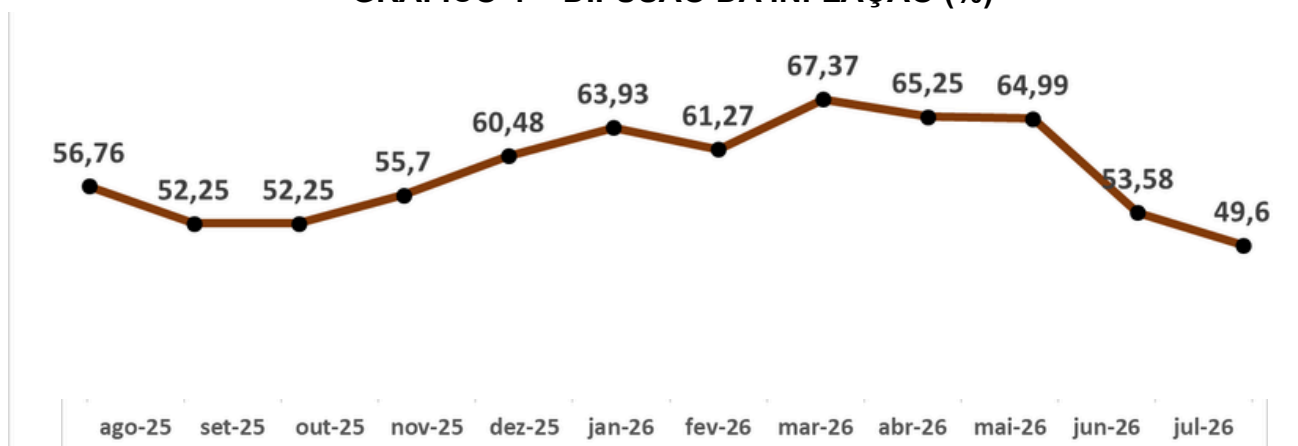


O gráfico referente à inflação por grupos evidencia a contribuição dos diferentes componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou variação de 0,07% no período. Observa-se que o comportamento dos grupos foi bastante heterogêneo, com alguns apresentando variações superiores ao índice geral, enquanto outros registraram retração, contribuindo para conter a inflação do mês.

O grupo Habitação apresentou a maior variação, com 0,99%, destacando-se como o principal responsável pela elevação do IPCA no período. Em seguida, figura o grupo Saúde e cuidados pessoais, com 0,40%, seguido por Despesas pessoais, com 0,22%. Também registraram variações positivas os grupos Artigos de residência (0,07%), Transportes (0,05%) e Comunicação (0,04%), todos com resultados próximos ou superiores ao índice geral, contribuindo, em diferentes intensidades, para a composição da inflação.

Por outro lado, os grupos Alimentação e bebidas (-0,67%) e Vestuário (-0,66%) registraram variações negativas, exercendo importante efeito de contenção sobre o IPCA.

As retrações observadas nesses dois grupos foram as mais significativas entre os componentes analisados, contribuindo para compensar parte das pressões de alta provenientes dos demais segmentos. Educação também apresentou leve retração, de -0,03%, embora com impacto mais moderado. Dessa forma, a análise do gráfico demonstra que a inflação foi impulsionada principalmente pelos aumentos registrados nos grupos Habitação, Saúde e cuidados pessoais e Despesas pessoais, enquanto as reduções observadas em Alimentação e bebidas e Vestuário, juntamente com a leve queda em Educação, atuaram no sentido de amenizar as pressões inflacionárias. A composição dos resultados evidencia a importância da análise desagregada dos grupos que compõem o IPCA, permitindo identificar os principais vetores de pressão sobre os preços e compreender de forma mais precisa sua influência sobre o custo de vida das famílias.

GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO**GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)**

O Gráfico 3 apresenta a evolução do IPCA acumulado em 12 meses e do núcleo da inflação entre agosto de 2025 e julho de 2026. Observa-se que o IPCA acumulado iniciou o período em 5,13%, em agosto de 2025, apresentando trajetória de desaceleração até atingir 3,81% em fevereiro de 2026, menor nível registrado na série. A partir de março, entretanto, o indicador voltou a apresentar elevação, alcançando 4,72% em maio, e posteriormente recuando para 4,64% em junho e 4,44% em julho de 2026. O núcleo da inflação apresentou comportamento semelhante, porém permaneceu acima do IPCA acumulado durante a maior parte do período. O indicador iniciou a série em 5,41%, atingiu o pico de 5,58% em setembro de 2025 e, após oscilações ao longo do segundo semestre de 2025 e início de 2026, apresentou desaceleração mais consistente a partir de fevereiro. Em julho de 2026, o núcleo registrou 4,49%, indicando redução das pressões inflacionárias subjacentes em relação aos níveis observados no início da série. Em conjunto, os indicadores mostram uma trajetória de desaceleração da inflação ao longo do período, embora tenha ocorrido uma recomposição das pressões inflacionárias no primeiro semestre de 2026.

A diferença entre o IPCA cheio e o núcleo também evidencia que as pressões subjacentes permaneceram relevantes durante boa parte da série, apesar da redução observada nos meses mais recentes. O Gráfico 4 apresenta a evolução do Índice de Difusão da Inflação entre agosto de 2025 e julho de 2026, indicador que demonstra a proporção de itens da cesta de consumo que registraram aumento de preços. O índice iniciou o período em 56,76%, recuou para 52,25% em setembro e outubro de 2025 e voltou a apresentar trajetória de alta a partir de novembro. Entre novembro de 2025 e março de 2026, o índice avançou de 55,70% para 67,37%, atingindo o maior nível da série. Esse movimento indica que, nesse período, os aumentos de preços se disseminaram por uma parcela maior dos bens e serviços pesquisados, evidenciando maior espalhamento das pressões inflacionárias. A partir de abril, o indicador iniciou uma trajetória de desaceleração, passando de 65,25% em abril para 64,99% em maio, 53,58% em junho e, finalmente, 49,60% em julho de 2026, menor nível observado no período analisado. A redução mais acentuada nos dois últimos meses sugere menor disseminação dos reajustes de preços, reforçando o cenário de arrefecimento das pressões inflacionárias observado no período.

O papel do Comitê de Investimentos na GOIASPREV (RPPS)



Os fundos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) enfrentam uma multidimensionalidade de riscos típicos dos ativos investidos, como o risco de déficit atuarial, impulsionado pelo envelhecimento demográfico, as rígidas restrições fiscais dos governos e a volatilidade dos mercados financeiros, que ameaçam constantemente sua sustentabilidade a longo prazo.

Diante desse cenário adverso, cabe ao Comitê de Investimentos um papel crucial na mitigação de riscos de forma preventiva, para a antecipação de problemas, por adotar uma governança estritamente técnica na alocação de recursos. A responsabilidade desse comitê é formular, executar e monitorar rigorosamente a Política de Investimentos, que vai garantir a diversificação estratégica do portfólio e o atendimento das resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e das leis e das portarias do setor.

Traduzindo, o comitê protege o patrimônio do fundo e consolida a base financeira para que o Estado consiga honrar as aposentadorias e pensões de seus servidores, ao passo que gera os necessários relatórios para a transparência. No caso da GOIASPREV se percebe uma busca adicional pela excelência, visto que buscou e alcançou o nível IV do Pró - Gestão RPPS, que é o patamar máximo de excelência institucional, governança e controle concedido pelo Ministério da Previdência Social, a fazendo parte de um grupo seleto de estados a atingir este patamar.

Somado a isso, a Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos e a Gerência de Investimentos viabilizaram a aquisição direta de Títulos do Tesouro Nacional, processo que necessariamente

tem que ser feito através de um agente de custódia, um grande banco que atendeu aos rigorosos critérios que foram estabelecidos. Isso substituiu a aquisição de fundos de investimento de bancos com exposição a Títulos Públicos. Assim, proporcionou um perfil de investimento mais adequado e otimizou os quesitos segurança e controle de riscos, sem abrir mão da rentabilidade.

Igualmente foi aplicado um estudo de classe financeira mundial, que é o teste de estresse dos ativos, uma simulação computacional que projeta o comportamento de uma carteira de investimentos sob cenários econômicos extremos e hipotéticos, permitindo que os gestores identifiquem eventuais vulnerabilidades não percebidas e ajustem o portfólio preventivamente, para evitar perdas significativas em momentos de eventual crise real.

Portanto, ao blindar o patrimônio contra as oscilações do mercado por meio de uma gestão técnica, da conquista da certificação máxima do Pró-Gestão Nível IV, de iniciativas como a compra direta de Títulos Públicos do Tesouro Nacional, junto com a aplicação de rigorosos testes de estresse dos ativos financeiros, a GOIASPREV mitiga os riscos sistêmicos de forma exemplar. Essa governança de excelência e alta segurança atuarial traduz-se diretamente em tranquilidade para o segurado que contribui mensalmente, assegurando que a tão sonhada aposentadoria não seja uma incerteza futura, mas sim uma garantia sólida e protegida, para desfrutar de um descanso digno e financeiramente estável.

Por Ricardo Mendes

Membro do Comitê de Investimentos da GOIASPREV, Gestor de Finanças e Controle e servidor na CGE/GO, Certificado Internacional em Gestão de Riscos ISO 31.000 e Certificação Profissional da Secretaria de Previdência – SPREV.

ENQUADRAMENTO

TABELA 3 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 3 acima apresenta a estrutura de limites adotada na política, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização; Liquidez e Estabilidade; e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação estabelecidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial por meio de ativos aderentes ao passivo.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite de até 40% e alvo próximo desse patamar, reforça o compromisso com disponibilidade de recursos para a gestão de fluxo e solvência das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira, é composta pelos recursos provenientes da rentabilidade que excedeu a meta atuarial em meses anteriores. A tabela torna-se a referência para o acompanhamento dos enquadramentos definidos na Política de Investimentos de 2026.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN Nº 5.272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 31/07/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	37,34%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	48,14%
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC	5,00%	
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	13,86%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,65%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	

A Tabela 4 apresenta o enquadramento dos investimentos nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Observa-se a predominância de aplicações em renda fixa, em consonância com as diretrizes que orientam a gestão dos recursos previdenciários.

Destaca-se que o nível de certificação Pró-Gestão influencia o acesso às modalidades de investimento previstas na regulamentação. Por possuir o nível máximo de certificação, o GOIASPREV pode acessar todas as classes de ativos autorizadas pela norma, desde que previstas na Política de Investimentos. Os dados evidenciam o pleno atendimento aos limites e critérios legais vigentes.

DESEMPENHO

A ação atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento. A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados a mercado pela curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização, a partir de maio de 2026. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO JUNHO	%	SALDO JULHO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		49,94%	R\$472.152.154,18	51,22%	R\$500.481.359,98
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	03.543.447/0001-03	0,04%	R\$353.675,99	0,04%	357.971,40
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	1,54%	R\$14.578.528,77	1,51%	14.754.598,19
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	8,69%	R\$82.156.210,87	8,74%	85.404.239,05
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	6,04%	R\$57.103.436,26	5,92%	57.842.724,52
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,41%	R\$13.292.053,39	1,38%	13.453.034,63
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10	4,50%	R\$42.510.486,35	4,40%	43.021.620,92
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	3,69%	R\$34.874.860,37	3,61%	35.311.294,59
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	2,75%	R\$25.990.685,52	2,68%	26.155.031,92
BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST FDI RF	37.927.707/0001-58	7,55%	R\$71.417.512,07	7,40%	72.285.654,95
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,30%	R\$12.295.830,28	1,27%	12.441.041,82
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,41%	R\$3.862.717,23	0,40%	3.919.976,55
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF	14.508.643/0001-55	0,00%	-	2,09%	R\$20.408.401,62

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO JUNHO	%	SALDO JULHO
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	R\$368.645,38	0,04%	R\$372.788,53
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	11,34%	R\$107.246.720,01	11,11%	R\$108.577.435,73
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	0,64%	R\$6.055.374,27	0,63%	R\$6.129.567,57
LTN - 27/03/2026	BRSTNCLTN8I046108	0,00%	R\$45.417,40	0,00%	R\$45.977,99

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO JUNHO	%	SALDO JULHO
SUBCARTEIRA DE RISCOS		0,67%	R\$6.278.938,13	0,65%	R\$6.372.804,91
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,35%	R\$3.287.044,20	0,35%	3.399.016,65
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,22%	R\$2.079.542,39	0,21%	2.087.715,78
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,10%	R\$912.351,54	0,09%	886.072,47
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		49,41%	R\$467.254.760,18	48,15%	R\$470.529.561,44
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646135	16,83%	R\$159.167.511,86	16,40%	160.279.019,41
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646148	16,77%	R\$158.553.806,58	16,34%	159.682.374,55
NTNB-15050031	BRSTNCNTB7X346127	15,81%	R\$149.533.441,74	15,41%	150.568.167,48
CONTAS CORRENTES					
BANCO DO BRASIL	-		-	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		R\$1.207,77	-	R\$9.662,16
BTG PACTUAL	-		-	-	-
TOTAL DA CARTEIRA		100%	R\$945.687.060,26	100%	R\$977.393.388,49

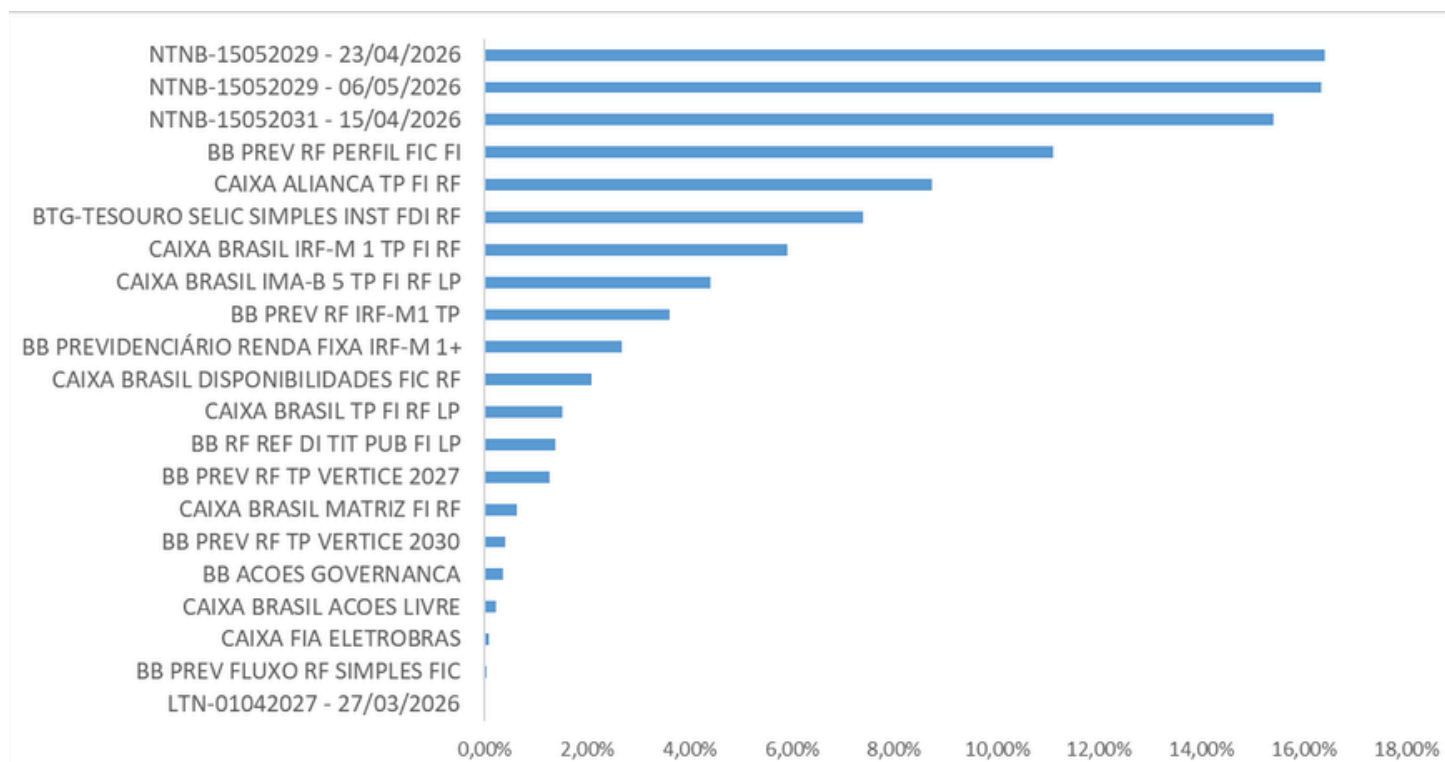
A carteira manteve sua estratégia de investimentos voltada à segurança, liquidez e preservação do capital, com predominância de recursos aplicados em ativos de renda fixa.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade permaneceu como o principal segmento da carteira, elevando sua participação de 49,94% para 51,22%, impulsionada pela rentabilidade dos investimentos e pela alocação de novos recursos, mantendo o perfil conservador. A Subcarteira de Riscos continuou com participação reduzida, passando de 0,67% para 0,65% do patrimônio, preservando a baixa exposição à renda variável.

Já a Subcarteira de Imunização manteve forte concentração em títulos públicos federais indexados ao IPCA (NTN-B), representando 48,15% da carteira em julho, reforçando a estratégia de proteção atuarial.

No consolidado, o patrimônio da carteira cresceu de R\$ 945,69 milhões em junho para R\$ 977,39 milhões em julho, correspondendo a uma evolução de aproximadamente 3,35%. A alocação permaneceu aderente à Política de Investimentos e às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, priorizando segurança, liquidez e sustentabilidade financeira do RPPS.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O Gráfico 5 evidencia a concentração dos investimentos do Fundo Previdenciário, com predominância de Títulos Públicos Federais, especialmente as NTN-B, que representam cerca de 48,14% da carteira, seguidos pelos fundos de renda fixa, com destaque para o BB Prev RF Perfil FIC FI (11,11%), Caixa Aliança TP FI RF (8,74%) e BTG Tesouro Selic Simples Institucional (7,40%). Essa composição demonstra uma estratégia voltada à proteção contra a inflação, à preservação do patrimônio e à manutenção de liquidez, contribuindo para o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e o cumprimento da meta atuarial.



GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025

O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em julho de 2026, houve um acréscimo de R\$ 22 milhões decorrente das arrecadações, e um rendimento de R\$ 9 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 31 de julho de 2026 é de R\$ 977 milhões.

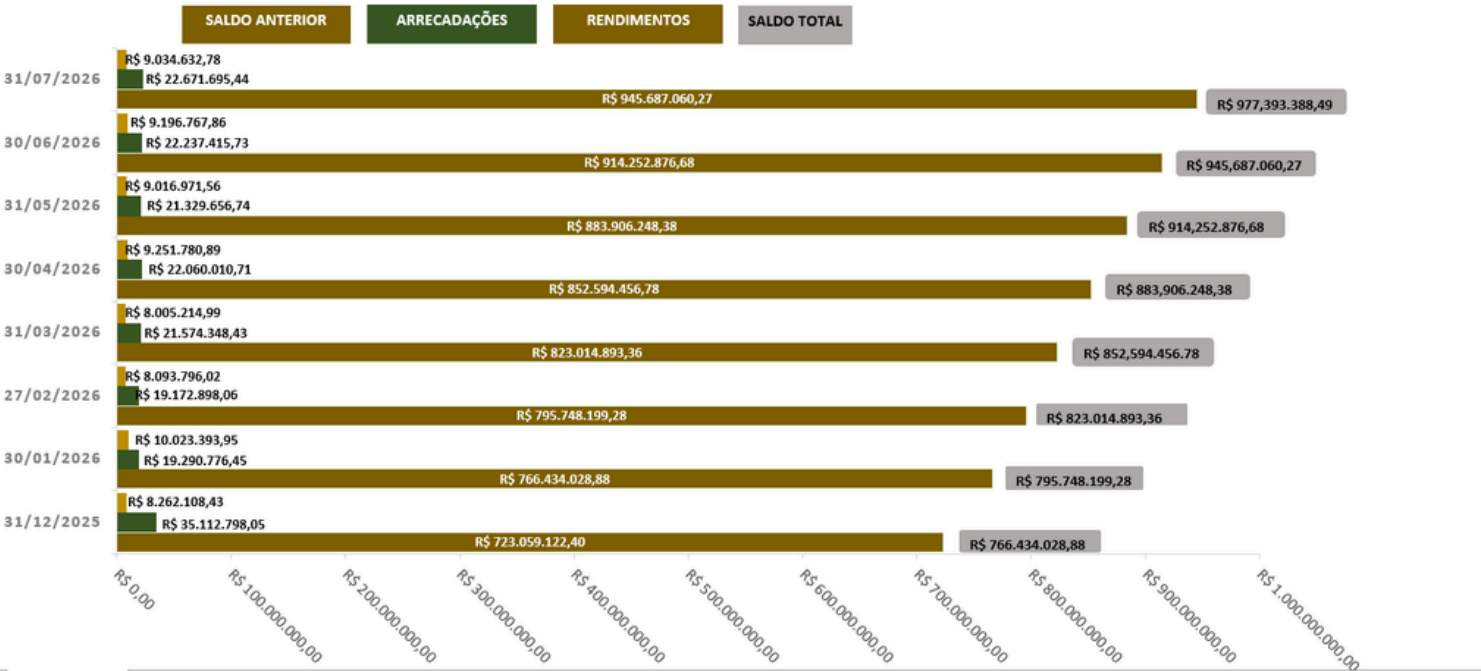


TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO				R\$3.274.801,25	R\$467.254.760,18	R\$470.529.561,44
↪	NTNB-15052029 - 23/04/2026	-	No vencimento	R\$1.111.507,55	R\$159.167.511,86	160.279.019,41
↪	NTNB-15052029 - 06/05/2026	-	No vencimento	R\$1.128.567,96	R\$158.553.806,58	159.682.374,55
↪	NTNB-15052031 - 15/04/2026	-	No vencimento	R\$1.034.725,74	R\$149.533.441,74	150.568.167,48

TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE				R\$5.665.964,79	R\$472.152.154,18	R\$500.481.359,99
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	-	D+0	4.295,41	353.675,99	357.971,40
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	-	D+0	176.069,41	14.578.528,77	14.754.598,19
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	2.264.693,05	D+0	983.335,13	82.156.210,87	85.404.239,05
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-	D+0	739.288,26	57.103.436,26	57.842.724,52
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI	-	D+0	160.981,23	13.292.053,39	13.453.034,63
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP		D+0	511.134,58	42.510.486,35	43.021.620,92
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	-	D+0	436.434,22	34.874.860,37	35.311.294,59
↳	BB PREVIDENCIARIO 1+	-	D+0	164.346,40	25.990.685,52	26.155.031,92
↳	BTG-TESOURO SELIC RF	-	D+0	868.142,88	71.417.512,07	72.285.654,95
↳	BB PREVTP VERTICE 2027		D+0	145.211,54	12.295.830,28	12.441.041,82
↳	BB PREVTP VERTICE 2030	-	D+0	57.259,31	3.862.717,23	3.919.976,55
↳	LTN-01042027 - 27/03/2026	-	D+1	560,6	45.417,40	45.977,99
↳	BB PREV FLUXO RF SIMP	-	D+0	4.143,15	368.645,38	372.788,53
↳	BB PREV RF PERFIL FICFI	-	D+0	1.330.715,72	107.246.720,01	108.577.435,73
↳	CAIXABRASIL DISPONIBILIDADES	20.398.547,97	D+0	9.853,63	-	20.408.401,62
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI	-	D+0	74.193,30	6.055.374,27	6.129.567,57
SUBCARTEIRA DE RISCO				R\$93.866,77	R\$6.278.938,13	R\$6.372.804,91
↳	BB ACOES GOVERNANCA		D+3	111.972,45	3.287.044,20	3.399.016,65
↳	CAIXA AÇÕES LIVRE		D+15	8.173,39	2.079.542,39	2.087.715,78
↳	CAIXA ELETROBRAS		D+3	-26.279,07	912.351,54	886.072,47

*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.

*Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, essa movimentação refere-se ao pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.

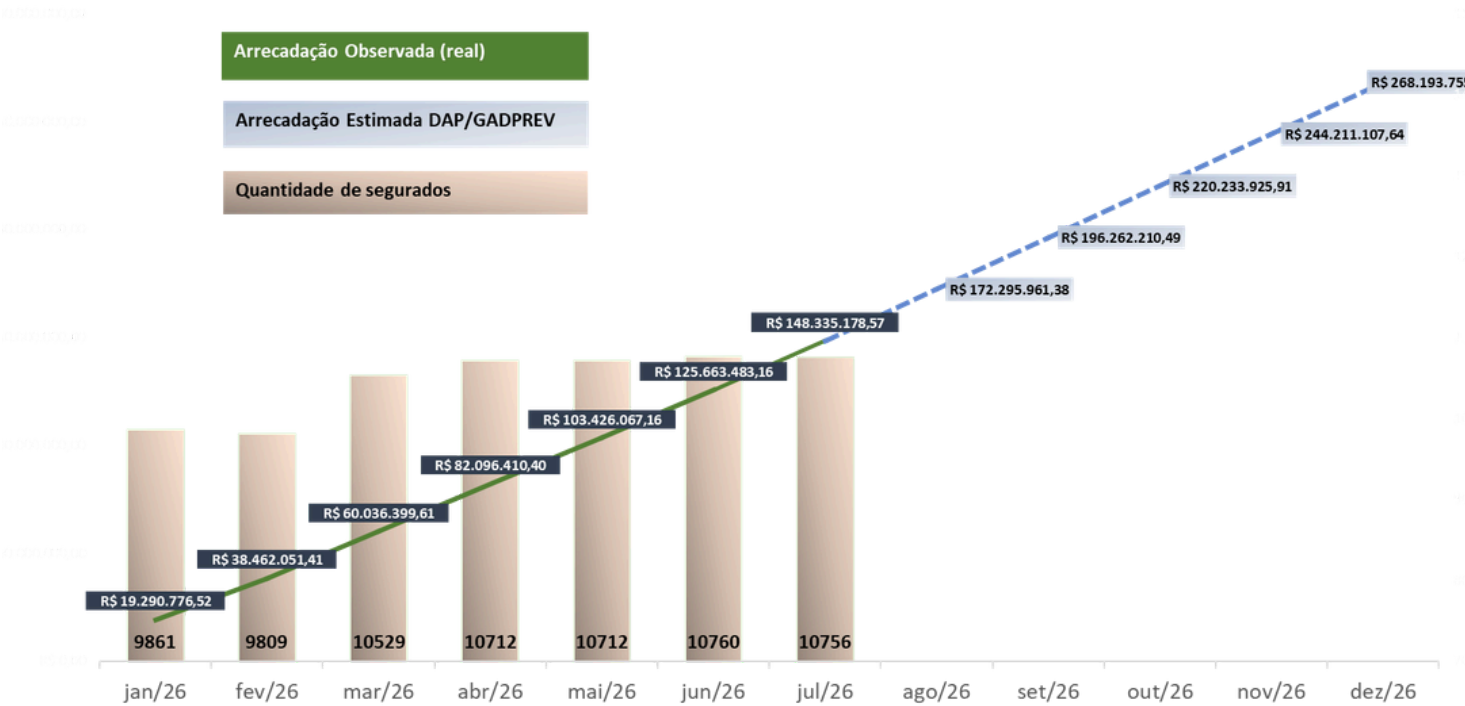
A Tabela 6 demonstra a predominância de investimentos em renda fixa e títulos públicos, com maior concentração de recursos nas subcarteiras de liquidez, estabilidade e imunização. Já a subcarteira de risco possui menor participação e maior volatilidade nos saldos.

TABELA 7 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS

		% do PL de RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
					R\$88.795,43
↳	CAIXA BRASIL TP	54,30%	0,20%	0,02%	R\$2.690,86
↳	CAIXA ALIANCA TP	35,10%	0,20%	0,02%	R\$15.575,51
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	95,90%	0,20%	0,02%	R\$10.549,01
↳	BB RF REF DI TP	21,00%	0,10%	0,01%	R\$1.227,30
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	98,90%	0,20%	0,02%	R\$7.846,03
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	51,80%	0,10%	0,01%	R\$3.221,39
↳	BB PREV RF IRF-M 1+	36,60%	0,30%	0,02%	R\$7.151,75
↳	BTG-TESOURO SELIC T FDI RF	5,10%	0,08%	0,01%	R\$5.276,08
↳	BB TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	R\$2.268,92
↳	BB VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	R\$714,90
↳	LTN-01042027	-	-	-	R\$0,00
↳	BB PREV FLUXO SIMPLES	43,50%	1,00%	0,08%	R\$338,71
↳	BB PREV PERFIL	53,00%	0,20%	0,02%	R\$19.801,70
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF	97,10%	0,20%	0,02%	R\$3.721,96
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ	57,40%	0,20%	0,02%	R\$1.117,87
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	47,90%	0,20%	0,02%	R\$65,28
↳	CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	99,80%	2,00%	0,1652%	R\$3.776,71
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	48,70%	1,00%	0,0830%	R\$3.088,27
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	24,00%	0,45%	0,0374%	R\$363,18

A Tabela 7 apresenta os percentuais do patrimônio líquido aplicados nos fundos, bem como as taxas de administração anuais, mensais e os valores retidos no período. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior participação dos recursos e possuem taxas de administração reduzidas, enquanto os fundos de renda variável apresentam taxas mais elevadas. No período analisado, foi retido o total de R\$ R\$88.795,43 em taxas de administração pelas instituições financeiras.

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O Gráfico 7 apresenta a evolução acumulada da arrecadação previdenciária observada e estimada pela DAP/GADPREV, entre janeiro e julho de 2026, bem como a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário, além da projeção da arrecadação para os meses subsequentes. Observa-se uma trajetória crescente da arrecadação acumulada ao longo do período analisado, passando de R\$ 19,29 milhões em janeiro para R\$ 148,34 milhões em julho de 2026. A arrecadação acumulada apresentou crescimento contínuo, alcançando R\$ 38,46 milhões em fevereiro, R\$ 60,04 milhões em março, R\$ 82,10 milhões em abril, R\$ 103,43 milhões em maio e R\$ 125,66 milhões em junho, chegando a R\$ 148,34 milhões em julho. A partir desse ponto, a projeção da DAP/GADPREV indica continuidade da expansão da arrecadação, com estimativa de aproximadamente R\$ 172,30 milhões em agosto, R\$ 196,26 milhões em setembro, R\$ 220,23 milhões em outubro, R\$ 244,21 milhões em novembro e R\$ 268,19 milhões em dezembro de 2026. Quanto à quantidade de segurados, o gráfico registra 9.861 segurados em janeiro, apresentando uma pequena redução para 9.809 em fevereiro. A partir de março, observa-se recuperação e crescimento da base, alcançando 10.529 em março, 10.712 em abril e maio, 10.760 em junho e 10.756 em julho de 2026. Dessa forma, entre janeiro e julho, houve aumento de 895 segurados, representando crescimento de aproximadamente 9,07%. De forma geral, os dados evidenciam evolução favorável da arrecadação previdenciária, com crescimento consistente dos valores acumulados ao longo do primeiro semestre e julho de 2026, acompanhada pela recuperação e ampliação da quantidade de segurados. A projeção para o segundo semestre também aponta continuidade da trajetória de crescimento da arrecadação, com expectativa de encerramento de 2026 em aproximadamente R\$ 268,19 milhões.

RENTABILIDADES

TABELA 8 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO		RENTABILIDA DE MENSAL	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		0,7008%	91,9129%	8,0651%	100,3600%
↳	NTN-B 15.05.2029- 06/05/2026	0,7117%	93,3425%	8,1389%	101,2783%
↳	NTN-B 15.05.2029 - 23/04/2026	0,6983%	91,5851%	8,0479%	100,1460%
↳	NTN-B 15.05.2031 - 15/04/2026	0,6920%	90,7588%	8,0053%	99,6159%
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		1,1968%	103,6676%	7,6237%	98,5645%
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,2145%	103,6676%	7,6482%	98,5645%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,2077%	104,6117%	8,0465%	104,0307%
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	1,1943%	103,4510%	8,0034%	103,4735%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	1,2946%	112,1391%	7,9092%	102,2556%
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,2111%	104,9063%	8,1308%	105,1206%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	1,2024%	104,1527%	2,3320%	98,3938%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	1,2514%	108,3971%	7,8070%	100,9343%
↳	BB PREVIDENCIÃ RIO RENDA FIXA IRF-M 1+	0,6323%	54,7702%	4,8148%	62,2491%
↳	BTG-TESOURO SIMPLES INST FDI RF	1,2156%	105,2960%	8,0012%	103,4450%
↳	BB PREV RF TP VERTI 2027	1,1810%	102,2990%	8,6952%	112,4176%
↳	BB PREV RF TP VERTI 2030	1,4824%	128,4064%	6,0053%	77,6407%
↳	LTN-01042027 -	1,2343%	106,9159%	7,5942%	98,1831%
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,1239%	97,3529%	7,5544%	97,6685%
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,2408%	107,4789%	8,2462%	106,6126%
↳	CAIXA BRASIL DISPO FIC RF	0,4923%	98,2278%	1,1136%	98,0305%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,2252%	106,1276%	8,1545%	105,4270%

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	COMPARAÇÃO COM BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE RISCO		1,4949%	43,7397%	3,2124%	47,8132%
↳	BB ACOES GOVERNANCA	3,4065%	99,6717%	9,3869%	90,5547%
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	0,3930%	11,4989%	-5,7763%	-55,7235%
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	-2,8804%	-84,2784%	4,0671%	39,2350%
CARTEIRA CONSOLIDADA		0,9541%	166,4515%	7,5884%	112,2495%
↳	BANCO DO BRASIL	1,1983%	209,0544%	7,5964%	112,3678%
↳	CAIXA ECONÔMICA	1,1976%	208,9323%	7,4183%	109,7333%
↳	BTG - PACTUAL	0,7691%	134,1766%	4,6330%	-

A tabela 8 – Em julho, a Subcarteira de Imunização registrou ganho de 0,7008% no mês, ficando abaixo de seu indicador de referência e atingindo 91,9129% do benchmark mensal. No acumulado do ano, a rentabilidade chegou a 8,0651%, equivalente a 100,3600% do benchmark no período, mantendo a carteira praticamente alinhada ao seu referencial. Composta por NTN-Bs com vencimentos entre 2029 e 2031, a subcarteira apresentou novamente comportamento bastante uniforme entre os títulos, com rentabilidades mensais variando entre 0,6920% e 0,7117%. O resultado é compatível com a natureza dos ativos que a compõem, cuja remuneração é determinada pela combinação entre a variação do índice de preços e a dinâmica das taxas reais de juros. No acumulado do ano, destaca-se a NTN-B com vencimento em 15/05/2029 adquirida em 06/05/2026, que apresentou rentabilidade de 8,1389%, equivalente a 101,2783% do benchmark, enquanto a NTN-B com vencimento em 15/05/2031 apresentou o menor desempenho relativo, com 8,0053% no ano, correspondente a 99,6159% do benchmark. A proximidade dos resultados entre os papéis reforça a estabilidade característica dessa camada da carteira. Já a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou desempenho significativamente superior ao observado em julho, encerrando o mês com retorno de 1,1968% e acumulando 7,6237% no ano.

No mês, o resultado correspondeu a 103,6676% do benchmark, embora, no acumulado de 2026, a subcarteira permaneça ligeiramente abaixo de seu referencial, com 98,5645% do benchmark. Entre os ativos que a compõem, o BB PREV RF TP VÉRTICE 2030 foi o principal destaque positivo, com ganho de 1,4824% no mês, equivalente a 128,4064% do benchmark, embora seu desempenho acumulado de 6,0053% permaneça abaixo do referencial anual. Também apresentaram resultados superiores ao benchmark mensal o CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF (1,2946%), o BB PREV RF IRF-M1 TP (1,2514%), o BB PREV RF PERFIL FIC FI (1,2408%) e a LTN-01/04/2027 (1,2343%), entre outros. A maior parte dos fundos apresentou rentabilidade mensal superior a 1,19%, contribuindo para o desempenho positivo da subcarteira. Em sentido contrário, o BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+ foi o principal ponto de atenção, com retorno de apenas 0,6323% no mês e 4,8148% no acumulado do ano, correspondendo a apenas 62,2491% do benchmark anual. De modo geral, entretanto, a camada de liquidez e estabilidade apresentou desempenho robusto em julho, superando seu referencial no mês e contribuindo positivamente para o resultado consolidado da carteira. A Subcarteira de Risco, por sua vez, apresentou forte recuperação em julho, registrando rentabilidade de 1,4949% no mês e elevando seu acumulado de 2026 para 3,2124%.

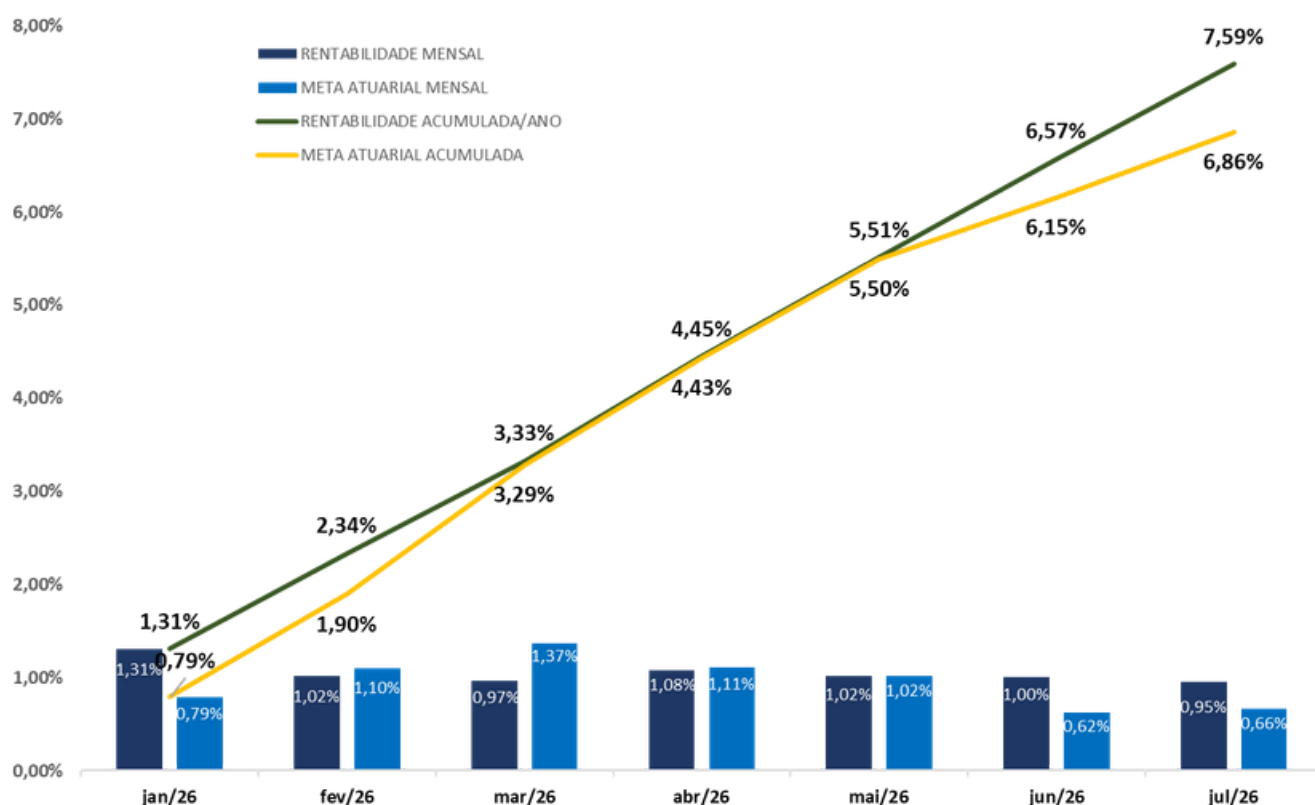
Apesar do retorno positivo, o desempenho ficou bastante aquém de seu benchmark, correspondendo a apenas 43,7397% do referencial mensal e 30,9898% do benchmark acumulado no ano. O comportamento entre os ativos permaneceu bastante heterogêneo. O BB ACOES GOVERNANÇA apresentou expressiva valorização de 3,4065% no mês, elevando sua rentabilidade acumulada para 9,3869%, ainda que seu desempenho tenha ficado ligeiramente abaixo do benchmark mensal, com 99,6717% do referencial. A CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE também apresentou resultado positivo, avançando 0,3930% em julho, embora permaneça com desempenho acumulado negativo de -5,7763% no ano, equivalente a -55,7235% do benchmark acumulado. Já a CAIXA FIA ELETROBRAS foi o principal destaque negativo, recuando 2,8804% no mês e encerrando o período com rentabilidade acumulada de 4,0671%, correspondente a apenas 39,2350% do benchmark anual. Assim, embora a subcarteira tenha recuperado parte das perdas e encerrado julho com resultado mensal positivo, sua distância em relação ao benchmark permanece elevada, refletindo a maior volatilidade e a dispersão de resultados característica dos ativos de risco.

O comportamento entre os ativos permaneceu bastante heterogêneo. O BB ACOES GOVERNANÇA apresentou expressiva valorização de 3,4065% no mês, elevando sua rentabilidade acumulada para 9,3869%, ainda que seu desempenho tenha ficado ligeiramente abaixo do benchmark mensal, com 99,6717% do referencial. A CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE também apresentou resultado positivo, avançando 0,3930% em julho, embora permaneça com desempenho acumulado negativo de -5,7763% no ano, equivalente a -55,7235% do benchmark acumulado. Já a CAIXA FIA ELETROBRAS foi o principal destaque negativo, recuando 2,8804% no mês e encerrando o período com rentabilidade acumulada de 4,0671%, correspondente a apenas 39,2350% do benchmark anual. Assim, embora a subcarteira tenha recuperado parte das perdas e encerrado julho com resultado mensal positivo, sua distância em relação ao benchmark permanece elevada, refletindo a maior volatilidade e a dispersão de resultados característica dos ativos de risco.

No resultado consolidado, a carteira encerrou julho com rentabilidade de 0,9541%, apresentando desempenho positivo no mês e acumulando 7,5884% em 2026. O resultado mensal correspondeu a 166,4515% do benchmark, enquanto o acumulado do ano equivale a 112,2495% do referencial. O desempenho consolidado de julho foi sustentado principalmente pela Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, que apresentou retorno de 1,1968%, e pela recuperação da Subcarteira de Risco, que avançou 1,4949%, enquanto a Subcarteira de Imunização apresentou retorno de 0,7008%. Dessa forma, a composição entre ativos destinados à imunização, à liquidez e à exposição ao risco continuou proporcionando diversificação entre diferentes fontes de retorno. Embora o desempenho acumulado da carteira permaneça inferior ao benchmark, o resultado de julho evidencia uma contribuição positiva das diferentes camadas da carteira e, especialmente, uma recuperação dos ativos de risco em relação aos meses anteriores.



GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário nos sete primeiros meses de 2026 evidencia uma trajetória consistente, com recuperação ao longo do período e superação da meta atuarial no acumulado do ano.

Em janeiro de 2026, o fundo registrou rentabilidade mensal de 1,31%, resultado superior à meta atuarial de 0,79%, gerando um excedente de 0,52 ponto percentual. Em fevereiro, a rentabilidade foi de 1,02%, ficando ligeiramente abaixo da meta de 1,10%. Em março, o retorno foi de 0,97%, também inferior à meta atuarial de 1,37%, refletindo um período de maior volatilidade dos mercados financeiros.

Nos meses seguintes, observou-se melhora no desempenho relativo da carteira. Em abril, a rentabilidade alcançou 1,08%, muito próxima da meta atuarial de 1,11%. Em maio, o fundo apresentou retorno de 1,02%, equivalente à meta atuarial do mês (1,02%), demonstrando alinhamento com o objetivo estabelecido. Em junho de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade mensal de 1,00%, superando de forma expressiva a meta atuarial de 0,62%, com um excedente aproximado de 0,38 ponto percentual. Em julho, a carteira apresentou rentabilidade de 0,95%, também superior

à meta atuarial de 0,66%, obtendo um ganho adicional de aproximadamente 0,29 ponto percentual.

Ao final de julho de 2026, a rentabilidade acumulada do Fundo Previdenciário atingiu aproximadamente 7,58%, enquanto a meta atuarial acumulada alcançou cerca de 6,86%. Dessa forma, o fundo acumulou desempenho superior à meta em aproximadamente 0,72 ponto percentual, demonstrando a eficiência da estratégia de investimentos e sua capacidade de gerar retornos compatíveis com as necessidades atuariais do regime.

De maneira geral, embora a carteira tenha apresentado desempenho inferior à meta nos meses de fevereiro e março, os resultados obtidos nos demais meses, especialmente em janeiro, junho e julho, permitiram que o desempenho acumulado permanecesse acima da meta atuarial. Esse resultado reforça a efetividade da estratégia de investimentos adotada, baseada na diversificação da carteira, no controle dos riscos e na busca pelo equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade, contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário no longo prazo.

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TABELA 09 - SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	% RENDIMENTO	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	27,00%	R\$2.415.359,44	21,00%	R\$203.987.591,83
CAIXA	27,00%	R\$2.475.768,62	24,00%	R\$230.534.940,12
BTG	46,00%	R\$4.143.504,73	56,00%	R\$542.861.194,38
TOTAL	100,00%	9.034.632,79	100,00%	R\$977.383.726,33

Os recursos do Fundo Previdenciário permanecem distribuídos entre três instituições financeiras, com predominância do BTG Pactual, que concentra 56,00% do patrimônio, equivalente a R\$ 542.861.194,38. A Caixa Econômica Federal detém 24,00% dos recursos, totalizando R\$ 230.534.940,12, enquanto o Banco do Brasil representa 21,00% da carteira, com R\$ 203.987.591,83.

No período analisado, o Fundo registrou rendimentos totais de R\$ 9.034.632,79. Desse montante, o BTG Pactual foi responsável

por 46,00% dos ganhos (R\$ 4.143.504,73), seguido pela Caixa Econômica Federal, com 27,00% (R\$ 2.475.768,62), e pelo Banco do Brasil, com 27,00% (R\$ 2.415.359,44). A distribuição dos recursos evidencia a manutenção da estratégia de diversificação entre as instituições financeiras, preservando o BTG Pactual como principal custodiante dos investimentos, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do regime previdenciário.

ACOMPANHAMENTO DE DEALERS

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de Instituições Financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado como custodiante o BTG Pactual, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como *dealers* pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que representam instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma Instituição Financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas no processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa que busca o contínuo escrutínio da Instituição Financeira e por meio dela é possível que a Instituição permaneça habilitada.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1 Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2 Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3 Etapa de resultado;
- 4 Etapa de recursos;
- 5 Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6 Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 10 - ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Em andamento
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
ITAU	2	Falta de documentação por parte da IF
	6	Credenciada

A Tabela 10 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas, aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo depende das informações e documentos exigidos

para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura número suficiente de instituições habilitadas para as operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto para a eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

TABELA 11 - LISTA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS S1 E S2
SEGUNDO O BANCO CENTRAL

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRADERSCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

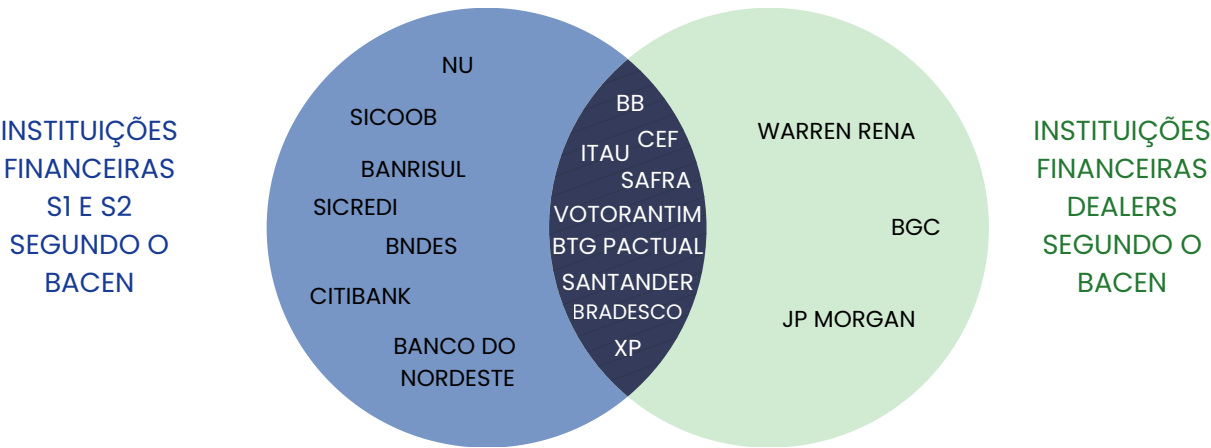
As Tabelas 10 e 11 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos. A Tabela 11 relaciona as instituições classificadas nos segmentos S1 e S2, que representam bancos de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional, sendo utilizadas como referência para mitigação de risco de crédito.

A Tabela 11 nos mostra quais instituições financeiras são enquadradas como S1 e S2 segundo o Banco Central. Já a Tabela 12 mostra as instituições, que segundo o Banco Central estão credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (DEMAB). O interesse da análise está na intersecção entre essas duas informações, presente no gráfico 9 abaixo.

TABELA 12 - TABELA DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS
COMO DEALERS PELO BANCO CENTRAL

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRADERSCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

GRÁFICO 9 - INTERSECÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2 COM OS
DEALERS



ACOMPANHAMENTO DOS RISCOS

O monitoramento dos riscos da carteira é realizado a partir de indicadores que permitem avaliar a exposição aos riscos de mercado e a compatibilidade entre o comportamento dos investimentos e os objetivos específicos de cada subcarteira. Nesse contexto, a interpretação dos indicadores deve considerar a natureza econômica de cada estratégia, uma vez que a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade possui como objetivo central a estabilidade e a aderência aos seus referenciais, enquanto a Subcarteira de Risco, que objetiva assunção de risco mediante maior rentabilidade, admite maior volatilidade em busca de retorno adicional. A subcarteira Imunização, por seu turno, visa ser um segmento do portfólio cuja rentabilidade é necessariamente superior à meta atuarial, atuando como uma forma de hedge.

Os índices calculados para acompanhar o risco dos ativos são: margem sobre a meta atuarial (MMA), quanto maior, melhor; tracking error, quanto menor, melhor; índice de Sharpe, quanto maior, melhor; e Value at Risk (VaR), tipicamente negativo, quanto maior, melhor. A MMA é calculada para a carteira consolidada (todas as subcarteiras em conjunto) e para a Subcarteira de Imunização, o tracking error para a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, VaR e índice de Sharpe para a Subcarteira de Risco. A exceção do índice de Sharpe (dado unitariamente), todos são dados em porcentagem. O sinal do índice de Sharpe indica se o retorno do ativo compensa seu risco, se positivo, compensa, caso contrário, não. Índices de Sharpe superiores a 1 são excelentes. Para o VaR, valores abaixo de -15% no VaR mensal e -60% em 12 meses, são considerados um risco elevado. Valores positivos são extraordinariamente formidáveis. Para o tracking error, um valor abaixo de 1% mensal e 4% em 12 meses são considerados risco tolerável. Na subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o tracking error de julho foi de 0,7154%, nos últimos 12 meses está em 11,0458%. O índice mensal está dentro dos parâmetros considerados normais (até 1%). O acumulado de 12 meses, no entanto, está razoavelmente elevado (acima de 4%), isso se deve em grande medida devido à volatilidade causada pelo conflito de EUA e Israel com Irã. Nota-

se que os ativos de menor tracking error no mês são também aqueles que aferiram menor valor para o índice no acumulado de 12 meses, havendo uma predisposição a certos ativos a serem mais/menos arriscados, entre os menos arriscados da subcarteira estão BB PREV FLUXO SIMPLES FIC FIF RL, CAIXA ALIANÇA TP, e BB REF DI TP, com 0,0331%, 0,0402%, 0,0578% em julho, e 0,7004%, 0,5266%, 0,7873% em 12 meses, respectivamente. Os ativos mais voláteis são BB PREV RF TP VÉRTICE 2030 e BB PREV RF IRF-M1+, 4,9291% e 7,3568% em julho, tendo aferido nos últimos 12 meses 144,0077% e 192,3585%, respectivamente. Para a subcarteira de Risco, nota-se que no mês de julho, o fundo CX BR ELETROBRAS, que aferiu o melhor (maior) índice de Sharpe de junho (0,3697) e do lapso de 12 meses para esse mês (1,7684) e para junho (1,6934), aferiu o pior índice de Sharpe (-0,3575). O índice de Sharpe do fundo BB AÇÕES GOVERNANÇA IS é o mais consistente da subcarteira, aferindo um índice de Sharpe formidável tanto para julho (0,4115) quanto para os últimos 12 meses (0,9425). A análise do VaR leva a conclusões similares às do índice de Sharpe, o fundo mais consistente é o BB AÇÕES GOVERNANÇA IS, com maior VaR (menor em módulo). O fundo CX BR ELETROBRAS é o mais arriscado, sendo o único que teve VaR mensal abaixo de -15% (-16,4106%). A única diferença entre a análise do VaR e índice de Sharpe é que para 12 meses, o fundo CX BR ELETROBRAS é o mais arriscado pelo VaR, mas o menos arriscado pelo índice de Sharpe. Isso ocorre porque o VaR pune mais a volatilidade, já que é um índice que se baseia nos retornos esperados mediante os piores cenários.

A MMA mede o quanto o retorno excede (no período) a meta atuarial, devido aos elevados retornos das NTN-Bs no período, a Subcarteira de Imunização tem aferido valores expressivos, atingindo mensalmente e em 12 meses margens sobre a meta de dois dígitos nos inteiros. A baixa inflação garantiu que a carteira consolidada tivesse uma elevada MMA, chegando a 67,1991%. No ano de 2026 a MMA de todo o portfólio é de 17,0528%.

TABELA 13 - TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Tracking Error		JULHO	12 MESES
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade		0,7154%	11,0458%
↳	BB PREV FLUXO FIC FIF RL	0,0331%	0,7004%
↳	CAIXA ALIANÇA TP	0,0402%	0,5266%
↳	BB REF DI TP	0,0578%	0,7873%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	2,3632%	37,3437%
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	2,3115%	36,9625%
↳	BB PREV DI LP PERFIL FIC	0,1060%	1,2232%
↳	BTG PACTUAL SELIC S FIF RF	0,0648%	0,8410%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,0802%	1,8798%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,0584%	2,1841%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1	0,8150%	6,8977%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	0,8224%	6,8496%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,0170%	18,0330%
↳	LTN 01.04.2027	0,9973%	27,4407%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	4,9291%	144,0078%
↳	BB PREV RF IRF-M1+	7,3568%	192,36%

O Tracking Error da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade foi de 0,7154% no mês de julho e 11,0458% no acumulado de 12 meses, refletindo o grau de dispersão dos retornos dos ativos em relação aos seus respectivos índices de referência. De forma agregada, os resultados indicam que a subcarteira manteve baixa divergência em relação aos benchmarks, comportamento compatível com uma estratégia voltada à preservação do capital, liquidez e estabilidade dos investimentos.

Os fundos com estratégias atreladas ao CDI, à Selic e a índices de curto prazo apresentaram os menores níveis de Tracking Error no período, evidenciando elevada aderência aos respectivos benchmarks e reduzida variabilidade dos retornos. Destacam-se o BB Prev Fluxo FIC FIF RL, com 0,0331% no mês e 0,7004% em 12 meses; o Caixa Aliança TP, com 0,0402% e 0,5266%; o BB Ref DI TP, com 0,0578% e 0,7873%; o BTG Pactual Selic S FIF RF, com 0,0648% e 0,8410%; e o BB Prev DI LP Perfil FIC, com 0,1060% e 1,2232%, demonstrando comportamento bastante alinhado aos respectivos índices de referência.

Entre os fundos indexados ao IMA-B 5, observaram-se níveis mais elevados de Tracking Error, destacando-se o Caixa Brasil IMA-B 5 TP FI LP, com 2,3632% no mês e 37,3437% em 12 meses, e o BB Prev RF IMA-B 5 LP FIC FI, com 2,3115% e 36,9625%, respectivamente. Esses resultados refletem a maior volatilidade associada à marcação a mercado dos títulos públicos indexados à inflação e à sensibilidade desses ativos às oscilações das taxas de juros reais. Também foram observados níveis relevantes de Tracking Error nos fundos e títulos vinculados ao IRF-M e às estratégias de maior duration. O Caixa Brasil IRF-M 1 apresentou 0,8150% no mês e 6,8977% em 12 meses, enquanto o BB Prev RF IRF-M1 TP registrou 0,8224% e 6,8496%, respectivamente. Já o BB Prev RF TP Vértice 2027 apresentou 1,0170% no mês e 18,0330% em 12 meses, e a LTN com vencimento em 01/04/2027 registrou 0,9973% e 27,4407%, demonstrando maior dispersão dos retornos em relação aos benchmarks.

Os maiores níveis de Tracking Error permaneceram concentrados nas estratégias de maior prazo e maior sensibilidade às oscilações da curva de juros. Destaca-se o BB Prev RF TP Vértice 2030, que apresentou 4,9291% no mês e 144,0078% em 12 meses, e o BB Prev RF IRF-M1+, com 7,3568% no mês e 192,36% no acumulado de 12 meses. Esses resultados refletem a maior exposição desses ativos às variações das taxas de juros e aos efeitos da marcação a mercado, características inerentes às estratégias de maior duration. De forma geral, os resultados de julho evidenciam que a maior parte da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade manteve comportamento consistente com seus respectivos benchmarks, enquanto os maiores desvios permaneceram concentrados nos ativos de maior prazo, duration e sensibilidade às condições de mercado. O Tracking Error agregado de 0,7154% no mês, inferior ao observado no período anterior, reforça a característica de estabilidade da subcarteira.

TABELA 14 - ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe		JULHO	12 MESES
Subcarteira - Risco		0,08282%	0,78516%
↳	CX BR ELETROBRAS	-0,3575%	1,7684%
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	0,4115%	0,9425%
↳	CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	0,0677%	0,1048%

VaR		JULHO	12 MESES
Subcarteira - Risco		-9,80960%	-32,5736%
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA IS	-8,2862%	-26,7444%
↳	CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	-11,4733%	-36,7858%
↳	CX BR ELETROBRAS	-16,4106%	-46,4025%

Tabela 14- Em julho, o Índice Sharpe da Subcarteira de Risco apresentou resultado positivo de 0,08282%, indicando uma relação favorável entre retorno e risco assumido no período. No acumulado de 12 meses, o indicador alcançou 0,78516%, evidenciando uma relação risco-retorno positiva no horizonte analisado. Entre os ativos que compõem a subcarteira, o BB Ações Governança apresentou o melhor resultado mensal, com Índice Sharpe de 0,4115%, seguido pela Caixa Brasil Ações Livre – Ações, com 0,0677%. A Caixa Brasil Eletrobras apresentou resultado negativo de -0,3575%, indicando que o retorno obtido no mês não compensou adequadamente o risco assumido. No acumulado de 12 meses, entretanto, todos os ativos apresentaram Índice Sharpe positivo, com destaque para a Caixa Brasil Eletrobras, com 1,7684%, seguida pelo BB Ações Governança, com 0,9425%, e pela Caixa Brasil Ações Livre – Ações, com 0,1048%. Quanto ao VaR (Value at Risk), a Subcarteira de Risco apresentou resultado de -9,80960% em julho e -32,5736% no acumulado de 12 meses, indicando uma exposição relevante às oscilações do mercado e refletindo a maior volatilidade característica dos investimentos em renda variável. Na análise individual dos ativos, a Caixa Brasil Eletrobras apresentou o maior VaR negativo, com -16,4106% no mês e -46,4025% em 12 meses, seguida pela Caixa Brasil Ações Livre – Ações, com -11,4733% e -36,7858%, respectivamente. O BB Ações Governança apresentou VaR de -8,2862% no mês e -26,7444% no acumulado de 12 meses.

TABELA 15 - MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	JULHO	2026
CARTEIRA CONSOLIDADA	66,4343%	12,2502%

Tabela 15 - A Carteira Consolidada apresentou, em julho, margem de 67,1991% em relação à meta atuarial — ou seja, a rentabilidade do mês superou com folga o retorno mínimo exigido pelo regime para cumprir seus compromissos futuros. No acumulado de 2026, essa margem é de %, confirmando que, mesmo considerando todo o período, a carteira vem entregando resultado consistentemente acima do parâmetro atuarial necessário para a sustentabilidade do plano

TABELA 16 - RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score	
AAA	AAA	AAA	Aaa		Grau de investimento
AA	AA	AA	Aa		
A	A	A	A		
BBB	BBB	BBB	Baa		Grau especulativo
BB	BB	BB	Ba		
B	B	B	B		
CCC	CCC	CCC	Caa		
CC	CC	CC	Ca		
C	C	C			
RD	RD	D	C		
D	D				

TABELA 17 - PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira.

As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default.

Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos

com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. Ambos os fundos possuem exposição a risco de crédito em aproximadamente 35% dos papéis, em que a maior composição é dada pelos títulos com AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e, por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Isso demonstra que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

SUSTENTABILIDADE - ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG/ESG) integra o processo de gestão de riscos da carteira de investimentos, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, que determina aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a consideração dos fatores de sustentabilidade sempre que estes forem materiais e relevantes para a análise dos investimentos.

Ao longo de 2026, observou-se evolução significativa na padronização das informações de sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro. Com a entrada em vigor da obrigatoriedade de divulgação das Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas companhias abertas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), passou a haver maior disponibilidade de dados padronizados, alinhados às normas emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), convergentes aos padrões internacionais do International Sustainability Standards Board (ISSB).

Esse avanço regulatório amplia a transparência das informações corporativas e fortalece a capacidade dos investidores institucionais de avaliar riscos e oportunidades relacionados

à sustentabilidade, permitindo análises mais consistentes quanto aos impactos ambientais, sociais, climáticos e de governança sobre os ativos que compõem a carteira. Nesse contexto, a Goiás Previdência (GOIASPREV) acompanha continuamente a evolução das práticas de mercado, das orientações dos órgãos reguladores e dos relatórios divulgados pelos emissores, incorporando, de forma gradual e criteriosa, indicadores ESG ao processo de monitoramento dos investimentos. A adoção dessa abordagem busca aprimorar a gestão de riscos, fortalecer a governança dos investimentos e contribuir para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário no longo prazo.

Ressalta-se que a análise dos fatores ESG possui caráter complementar às avaliações econômico-financeiras e de risco já realizadas, não constituindo critério isolado para a tomada de decisão de investimentos, mas sim um elemento adicional que contribui para a identificação de riscos e oportunidades associados à sustentabilidade dos ativos.



CONTROLE DE ATIVIDADES

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 3 (pag. 13) Tabela 4 (pag. 14)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe	Tabela 14 (pag. 31) Tabela 15 (pag. 31)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 17 (pag. 32)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 16 (pag. 32)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 7 (pag. 20)	
Avaliação do impacto dos custos	Tabela 8 (pag. 20)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 11 (pag. 28)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabelas 10 e 11 (pag. 27 e 28)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 33	

Goiás Previdência

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Gilvan Cândido da Silva

Presidente

Marcos Medeiros da Silva

Diretor de Gestão Integrada

Adriana Jesus Silva Batista

Gerente de Contabilidade

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimento

Ricardo Mendes

Gestor de Finanças e Controle - CGE



**Conheça a Política
de Investimentos**

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Liah de Deus Coutinho

Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimentos

Sirlene Najar de Avila Teles

Assessora de Investimentos

Paulo José Paiva Guimarães

Analista de Investimentos

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Assistente de Investimentos

Ana Paula dos Santos Torres

Analista de Investimentos



ESTADO DE GOIÁS
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer acerca do relatório de investimentos de Julho 2026

PARECER Nº 15/2026/GOIASPREV/CI-19523

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Julho/2026)

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de Julho de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O cenário econômico em julho de 2026 foi marcado pela redução das expectativas inflacionárias. Nesse contexto, o Boletim Focus manteve a projeção da taxa Selic para o final de 2026 em 14,00% a.a., refletindo a perspectiva de manutenção de uma política monetária ainda restritiva. Ao mesmo tempo, permanece a expectativa de continuidade do ciclo de redução dos juros, condicionada à evolução dos indicadores de inflação, das expectativas econômicas e das demais condições observadas pelo Banco Central do Brasil.

O IPCA acumulado em 12 meses alcançou 4,44%, permanecendo abaixo do limite superior da meta de inflação, de 4,50%. No mês de julho, a inflação registrou variação de 0,07%, resultado significativamente inferior às expectativas do mercado, indicando uma desaceleração da dinâmica inflacionária no período. Esse comportamento contribuiu para a melhora das expectativas em relação à trajetória da inflação e reforçou a perspectiva de continuidade do processo de flexibilização da política monetária, condicionada à evolução dos demais indicadores econômicos.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou comportamento distinto entre seus diferentes vértices ao longo de julho. Na ponta curta, observou-se recuo das taxas, refletindo o corte da taxa Selic para 14,00% a.a. e a expectativa de continuidade do processo de flexibilização da política monetária. Em contrapartida, os vértices de médio e longo prazo permaneceram pressionados,

diante das incertezas relacionadas à trajetória fiscal, ao cenário inflacionário e às condições do mercado internacional. O ambiente externo também contribuiu para a volatilidade da curva, especialmente diante da elevação dos rendimentos dos Treasuries e das incertezas relacionadas às relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos.

Dessa forma, embora o cenário de curto prazo tenha se tornado mais favorável à flexibilização monetária, a persistência das incertezas fiscais e inflacionárias manteve elevada a percepção de risco nos prazos mais longos, limitando o fechamento da curva de juros nessa região.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 977.393.388,49 em Julho de 2026, o que representa crescimento de 22,83% em relação ao fechamento de Janeiro de 2026. O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

No mês de julho de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade de 0,95%, superando a meta atuarial mensal de 0,57%, o que corresponde a 166,43% da meta estabelecida. Em relação ao CDI de junho de 2026 (1,22%), o desempenho do Fundo representou 77,86%. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 7,58%, acima da meta atuarial de 6,76%, correspondendo a 112,25% da meta prevista para o período. Comparativamente ao CDI acumulado no ano (8,14), o Fundo atingiu 93,12% desse indicador. Esses resultados evidenciam a efetividade da estratégia de investimentos adotada, com destaque para a contribuição das posições em títulos públicos federais indexados à inflação, que exerceram papel relevante no desempenho da carteira.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;
2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a Julho de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

Goiânia, 26 de agosto de 2026.

Gilvan Cândido da Silva
Presidente do Comitê

Antonio Francisco Craveiro Portela
Membro do Comitê

Adriana Jesus Silva Batista
Membro do Comitê

Ricardo Mendes
Membro



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA, Gerente**, em 22/09/2026, às 10:13, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Técnica em Gestão Pública**, em 22/09/2026, às 10:54, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MENDES, Assessor(a)**, em 24/09/2026, às 14:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN CANDIDO DA SILVA, Presidente**, em 28/09/2026, às 17:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **96078158** e o código CRC **BCA9FA48**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 96078158